

APENAS  
EM  
FORMATO  
DIGITAL

# Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1653 | 22 A 27 DE FEVEREIRO DE 2021

[www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br)  bancariosce  bancariosdoceara  seebce  85 99129 5101  bancariosce

## AGÊNCIA DO BB PARQUELÂNDIA VAI FECHAR E BANCÁRIOS PROTESTAM



O Sindicato realizou manifestação em frente ao prédio e esclareceu a sociedade sobre os prejuízos com o desmonte do BB (pág. 3)

**Caixa: empregados definem calendário de luta contra metas desumanas e pela valorização da categoria (pág. 5)**

**Sindicato promove programação especial do Mês da Mulher com muitos prêmios (pág. 8)**

# GOVERNO BOLSONARO E NOVOS ATAQUES AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

**E**m mais um ataque aos direitos trabalhistas, o governo Bolsonaro emitiu decreto que regulamenta alteração na legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas.

O decreto é um total e completo desrespeito às leis e principalmente à Constituição, já que ele revoga decretos anteriores e incorpora propostas que já tinham sido rejeitadas pelo Congresso. O governo acaba com conquistas históricas, como o direito ao descanso semanal e também aprofunda os efeitos negativos da reforma trabalhista, fortalecendo a ideia de retirar os sindicatos da negociação coletiva e reforçando a negociação individual, que deixa o trabalhador frágil para negociar sozinho com o patrão. Tudo com o argumento de que quer apenas desburocratizar o processo.

Além disso, a minuta de decreto submetida à consulta pública não foi discutida com as entidades que representam os trabalhadores, como as centrais sindicais. O decreto agrava ainda mais a situação dos trabalhadores, que já sofrem os efeitos do desemprego, da pandemia.

O decreto é inaceitável em todos os aspectos. Aprofunda aspectos da reforma trabalhista, ao prever, dentre seus objetivos, a redução dos custos empresariais, o respeito à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica, desconsiderando e desrespeitando os interesses e os direitos dos trabalhadores. Revoga medidas preexistentes, inclusive fortalecendo a ideia de retirada dos sindicatos do processo de negociação, valorizando os entendimentos individuais fragilizando ainda mais as organizações sindicais e a relação patrão x empregado.

Por outro lado, a metodologia de submeter tal “revisão” à consulta pública como forma de legitimação do decreto é medida autoritária e inaceitável, pois ao ser realizada sem qualquer diálogo prévio com as entidades sindicais, fere frontalmente o diálogo social tripartite, previsto em compromisso assumido pelo Brasil perante a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O decreto altera ainda disposições a respeito do trabalho temporário e amplia as terceirizações.

Não se trata de simplificação ou de desburocratização. Pelo contrário, contempla disposições que desrespeitam normas legais e convencionais bem como direitos incorporados na Constituição, como por exemplo, o direito ao repouso semanal.

É inaceitável que, em um cenário de vulnerabilidade dos trabalhadores e em plena pandemia, um decreto venha atingir negativamente a proteção sindical.

Por fim, o Sindicato dos Bancários do Ceará e as demais entidades sindicais que representam a classe trabalhadora, declaram seu compromisso com o Estado Democrático de Direito e a busca diária de superação das desigualdades sociais. Nossa luta incansável é em defesa dos direitos dos trabalhadores. Estamos #NaLutaComVocê.



**Carlos Eduardo,**  
Presidente do Sindicato  
dos Bancários do Ceará



[www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br)



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



[85 99129 5101](https://api.whatsapp.com/send?phone=85991295101)



[bancariosce](https://www.youtube.com/channel/UC...)

Site: [www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br) – E-mail: [bancariosce@bancariosce.org.br](mailto:bancariosce@bancariosce.org.br) – Telefone: (85) 3252 4266 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60.020.001 – Fortaleza – Ceará  
Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Tribuna Bancária: [imprensa@bancariosce.org.br](mailto:imprensa@bancariosce.org.br) – (85) 3231 4500 – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho  
Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

# BANCÁRIOS DO CEARÁ FAZEM NOVO PROTESTO CONTRA REESTRUTURAÇÃO DO BB

O Sindicato dos Bancários do Ceará esteve na agência Banco do Brasil Parquelândia, no dia 19/2, para protestar contra o fechamento da unidade devido ao atual processo de reestruturação do BB. A mobilização fez parte de um Dia Nacional de Luta contra o desmonte do banco.

Antes da manifestação, os diretores do Sindicato fizeram uma reunião com os funcionários no interior da agência. A entidade tem recebido diversos relatos de bancários das unidades que serão fechadas, aflitos com a incerteza quanto ao seu futuro dentro do banco.

O que se sabe até o momento, através da população e dos próprios funcionários atingidos pela reestruturação é que fecharão as agências Empresa Parquelândia, Aerolândia e Barão de Studart (Fortaleza), Santana do Cariri, Juaci Sampaio (Caucaia), Alto Santo, São João do Jaguaribe, Itaçuaba e PAA de Ibiapina; e as agências de Orós, Cambéa (Fortaleza), Aiuaba, Catarina, Irauçuba, Morrinhos, Ipueiras, Frecheirinha e Iracema irão virar postos de atendimento ou um tipo mais precarizado de atendimento à população. Segundo levantamento do Sindicato, somente nessas localidades, cerca de 200 mil pessoas, entre clientes e população em geral, serão atingidas.

O Sindicato vem realizando diversas atividades contra o desmonte do BB entre visitas às agências atingidas, plenárias virtuais, assembleias e manifestações, na capital e no interior do Ceará. Na última semana, estivemos ainda na agência Juaci Sampaio, Catarina, Alto Santo, São João do Jaguaribe e Santana do Cariri. O Sindicato está entregando também ofícios nas Câmaras Municipais solicitando audiência pública para debater a reestruturação e seus prejuízos à sociedade. A palavra de ordem é resistência. Não vamos deixar o governo destruir o Banco do Brasil!



# COMANDO NACIONAL AVALIA RESISTÊNCIA À REESTRUTURAÇÃO DO BB

**E**m reunião virtual que aconteceu na segunda-feira, 22/2, o Comando Nacional dos Bancários avaliou a série de mobilizações que vem sendo realizada pelos Sindicatos em todo o país contra a reestruturação em curso no Banco do Brasil.

Na ocasião foram analisados os balanços dos bancos divulgados até o momento (BB, Santander, Bradesco e Itaú), além de se analisar as movimentações que os sindicatos estão fazendo contra a reestruturação do BB, como manifestações, plenárias, reuniões nas unidades, ações judiciais etc., com o objetivo de fortalecer a resistência contra o desmonte do banco.

“Os funcionários do BB precisam se integrar a essa luta porque não é segredo que vários membros do governo Bolsonaro já manifestaram posição favorável à privatização do banco”, alertou o diretor do Sindicato, José Eduardo Marinho, que participou da reunião.

A afirmação do dirigente é corroborada por mais um ataque da direita: o deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) apresentou na Câmara dos Deputados, dia 17/2, um Projeto de Lei (PL 461/2021) que altera a Lei 9.491 de 1997 e inclui o Banco do



Brasil no Programa Nacional de Desestatização.

É importante lembrar que o deputado em questão sempre foi um instrumento da política privatista dentro do Congresso e fora dele. Kataguiri desconhece totalmente a função pública do BB e o lucro produzido por seus funcionários, que refletem em recursos para a União.

Porém, mesmo se aprovada, a proposta do deputado terá que ser alterada por uma Lei Complementar, que deve ter origem no Executivo.

“Temos de fortalecer ainda mais nossa mobilização para que nem esse e nem qualquer outro projeto desse tipo

seja aprovado. Sabemos dos interesses do governo federal no dismantelo do patrimônio público, dentre eles, o nosso Banco do Brasil. Temos de mostrar a força da nossa resistência contra essa pauta de privatizações”, concluiu o presidente do Sindicato, Carlos Eduardo.

Vamos resistir a mais esse ataque e mostrar nossa insatisfação quanto à entrega do nosso Banco do Brasil para a iniciativa privada. Manifeste-se na enquete promovida pela Câmara, vote em Discordo Totalmente (escolha de 98% dos votantes) e diga Não a esse projeto através do link <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2270313>.

## LIMINAR IMPEDE BB DE EXTINGUIR FUNÇÃO DE CAIXA

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) obteve liminar que impede que o Banco do Brasil extinga a função de caixa e deixe de pagar a gratificação aos escriturários que a recebem para trabalhar como caixa. “É uma vitória importante! A retirada da gratificação reduziria significativamente os rendimentos dos funcionários, que são escriturários e recebem o valor adicional para exercerem a função de caixa”, destacou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira.

“O banco promoveu a mudança sem sequer comunicar aos funcionários, nem sua representação sindical. Quando soubermos, tentamos negociar, inclusive com

a mediação do Ministério Público e somente buscamos a Justiça após o banco se negar a atender qualquer das reivindicações dos trabalhadores”, explicou o coordenador da (CEBB), João Fukunaga.

**DECISÃO** – Em sua decisão, o juiz Antonio Umberto de Souza Junior, da 6ª Vara do Trabalho de Brasília, destaca que a eliminação da gratificação mensal de caixa executivo já no mês em curso (fevereiro/2021) para todos que exerciam tal função causará uma “redução impactante sobre suas rendas”. O magistrado diz ainda que “tanto a norma interna, quanto a norma coletiva, desautorizam a súbita e nociva alteração contratual maciça promo-

vida pelo reclamado” (o Banco do Brasil).

O juiz é claro, ao explicar que a gratificação não pode ser retirada dos funcionários e que deve ser incorporada ao salário daqueles que a recebem a mais de 10 anos.

O juiz destaca, também, que “os termos da norma coletiva vigente até 31/8/2022 inibem a extinção súbita e inegociada da função de caixa executivo e a consequente pulverização da respectiva gratificação em paga diária precarizante” e que “a figura do ‘caixa executivo intermitente’ é muito prejudicial”, pois o funcionário nunca vai saber quanto será efetivamente sua remuneração ao final do mês.

# CEE/CAIXA DEFINE CALENDÁRIO DE LUTAS CONTRA REESTRUTURAÇÃO E METAS DESUMANAS



A reestruturação de áreas da Caixa tem preocupado a Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa). A mudança acontece em todo o país, sem justificativa e planejamento, deixando os empregados inseguros e em pânico. Esse foi um dos temas debatidos na reunião do dia 12/2 da Comissão, que aconteceu por meio de videoconferência. No encontro, os representantes dos empregados abordaram ainda a Campanha de Valorização dos bancários da Caixa, que tem como temas as metas desumanas e o desrespeito do banco. O Saúde Caixa também foi tema da reunião.

Para intensificar as cobranças, a CEE está desenvolvendo um calendário de lutas fortalecendo a Campanha de Valorização dos empregados, contra a reestruturação, metas desumanas, o assédio e as medidas abusivas do presidente da Caixa, Pedro Guimaraes.

**REESTRUTURAÇÃO** – A Comissão recebeu mais denúncias de áreas que estão sendo extintas ou realocadas para centralizadoras. Além disso, os empregados têm relatado incertezas quanto ao trabalho, sem saber o que acontecerá com a sua área. Outro ponto descartado pela CEE/Caixa foi a falta de comunicados oficiais pelo banco, que insiste em dizer que não há reestruturação.

**METAS DESUMANAS** – O crescimento da cobrança de metas também foi tema da reunião. Em tempos de pandemia, a Caixa tem cobrado metas desumanas, adoecendo os empregados. Diante desse cenário que surgiu a Campanha de Valorização dos bancários da Caixa. A reivindicação para reduzir a meta vem sendo feita pela CEE/Caixa desde o início da pandemia. Diversos ofícios já foram enviados cobrando a direção do banco, mas sem respostas. Durante a Campanha Nacional 2020, o assunto também foi tratado. O pedido foi para que a Caixa deixasse de cobrar as metas enquanto perdurar a pandemia.

## APROVEITE NOSSA PARCERIA COM A UNIFOR

O Sindicato dos Bancários do Ceará tem convênio com a Universidade de Fortaleza (Unifor). Com essa parceria, os bancários sindicalizados e seus dependentes têm direito a desconto nas mensalidades de diversos cursos ofertados pela instituição.

Os descontos variam entre 20% e 40% e para ter direito, os bancários terão que comprovar sua filiação ao Sindicato.

O convênio abrange a concessão de bolsas na graduação, pós-graduação (todos os cursos), Latu Sensu e educação continuada.

Entre os cursos da graduação estão: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Cinema e Audiovisual, Comunicação Social (Publicidade e Propaganda), Comunicação Social (Jornalismo), Design de Moda, Marketing, Direito, Educação Física, Fisioterapia, Enfermagem, Fonoaudiologia, Odontologia, Farmácia, Nutrição, Medicina Veterinária, Psicologia, Estética e Cosmética, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo, Ciências da Computação, Energias Renováveis, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Ambiental Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Computação em Nuvem.

*“Nosso objetivo é oferecer aos nossos sindicalizados benefícios e vantagens através das nossas parcerias, que são muitas. No caso desse convênio com a Unifor, esperamos contribuir com a qualificação e crescimento intelectual dos nossos filiados. A Unifor é uma universidade de renome e pode oferecer aos bancários educação de alta qualidade”*  
**Pedro Moreira, secretário de Organização do Sindicato dos Bancários do Ceará**



# GT SAÚDE CAIXA DISCUTE QUESTÕES ESPECÍFICAS SOBRE CUSTEIO DO PLANO

O Grupo de Trabalho (GT) Saúde de Caixa discutiu aspectos específicos para o estudo de um formato de gestão e custeio sustentável e acessível para todos os empregados, na quinta reunião do grupo, realizada dia 11/2.

A Caixa Econômica Federal apontou que pretende cumprir integralmente as diretrizes impostas pelo governo, que retiram direitos dos empregados. Uma delas é a alteração no Estatuto da Caixa, que impõe um teto de 6,5% da folha com despesas assistenciais e administrativas. A outra é a CGPAR 23 – dentre as restrições que podem inviabilizar a existência dos planos de saúde das estatais, a resolução determina um percentual máximo de 50% de contribuição da Caixa no custeio do plano, alterando o formato atual, que é de 70%/30%.

Para a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Fabiana Proscholdt, a posição do banco contrapõe a dos representantes dos empregados. “Entendemos que para o Saúde Caixa ser viável e acessível para todos os empregados, estas limitações previstas nas diretrizes do Governo Federal não podem ser aplicadas. Estas resoluções são, inclusive, questionadas na Justiça e no Congresso Nacional”, informou. “Por isso, ressaltamos que o engajamento dos empregados é determinante para mudar este cenário e para manter o Saúde Caixa, que é uma das maiores conquistas dos empregados”, completou.

Os representantes dos empregados destacaram, mais uma vez, a importância de manter as premissas de solidariedade, mutualismo e pacto



intergeracional no formato de custeio do Saúde Caixa. A solidariedade só existe nos planos de autogestão. Esta premissa garante um plano mais justo e proporciona a qualquer empregado o custeio do plano de saúde. Para isso, cobra-se um percentual sobre o salário de todos os participantes, de forma igualitária. Assim, o percentual descontado de um salário maior vai viabilizar o custeio do plano de quem recebe menos. Isso faz com que todos os beneficiários possam usufruir de um plano de saúde muito bom para todos os usuários.

É importante lembrar que o Saúde Caixa é um plano referência e possui cobertura maior do que o rol de procedimentos obrigatórios previsto pela ANS, com cobertura ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e odontológica. Além disso, ele tem alguns programas de benefícios como programas de prevenção (check-up), de medicamentos e

outros. Não há carência nem cobrança de franquias.

A próxima reunião do grupo será no dia 25 de fevereiro.

**PDC 956/2018** – Um projeto que susta os efeitos da CGPAR 23 está pronto para ser votado na Câmara dos Deputados. É o Projeto de Decreto da Câmara (PDC) 956/2018, da deputada Erika Kokay (PT/DF). O texto já foi aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp) e pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. Para garantir que a nova Mesa Diretora da Casa coloque a proposta em votação, é imprescindível a mobilização dos empregados, das entidades associativas, do movimento sindical e dos parlamentares. Por meio do link a seguir é possível assinar uma petição para acelerar a votação do projeto. Assine! <https://bit.ly/3d0Ji0F>.

## BANCÁRIOS DO ITAÚ CONQUISTAM MODELO DE COMPENSAÇÃO DO BANCO DE HORAS NEGATIVAS

O acordo do modelo de compensação do banco de horas negativas foi o grande avanço da reunião entre a COE do Itaú e a direção do banco, realizada dia 12/2, por videoconferência. Os sindicatos realizarão assembleias com os trabalhadores para a aprovação da proposta.

Ficou acertado entre as partes que os bancários terão um período de 18 meses, a partir do mês de março, com o limite de duas horas por dia, para compensar as horas negativas. O acordo será revisado a cada três meses, podendo ser prorrogado em mais seis meses, caso os trabalhadores não estejam conseguindo zerar os seus bancos.

Os representantes dos trabalhadores também questionaram como ficarão os casos de bancárias com licença maternidade e de bancários que sofrerem afastamento por acidente de trabalho e não conseguirem zerar suas horas negativas. O banco disse que essas e outras eventualidades serão avaliadas caso a caso. Se houver desligamento por iniciativa do banco, não serão descontado essas horas.

A COE orienta pela aprovação da proposta.

**DEMISSÕES** – O movimento sindical questionou o banco sobre as denúncias de mais de 200 demissões que estão recebendo de todo o Brasil. O banco negou que as demissões tenham alguma ligação com o novo modelo do banco, mas ficou de apurar as denúncias. Uma nova reunião será agendada na próxima semana para discutir o tema. A COE reivindicou que as demissões sejam suspensas até o encontro. O banco negou a solicitação.

# ITAÚ PAGA SEGUNDA PARCELA DA PLR NO DIA 1º DE MARÇO

O Itaú fará o crédito da segunda parcela da PLR no dia 1º de março. Em reunião com a COE (Comissão de Empresa dos Empregados), dia 12/2, o banco informou que, devido à queda no lucro em 2020, pagará a PLR cheia (até 2,2 salários) somente para quem ganha até R\$ 4.559,88. Para quem ganha acima desse valor, os valores em múltiplo se reduzem gradativamente.

A PLR dos bancários é paga em duas parcelas: a primeira foi creditada em setembro/outubro de 2020, e a segunda deve ser paga até 1º de março. A segunda parcela corresponde à Regra Básica Majorada, que equivale a Regra Básica (90% do salário mais valor fixo de R\$ 2.529,53) até alcançar 5% do lucro líquido ou



2,2 salários. A esse valor, também será acrescentado o valor da parcela adicional cheia (R\$ 5.059,08) descontado o valor já pago em setembro/outubro 2019.

**PCR** – Em setembro, o Itaú pagou a PCR no valor de R\$ 2.943,50. Como a ROE (rentabilidade sobre o patrimônio líquido) do Itaú em 2020 não ultrapassou 23%, não haverá diferença a ser paga agora.

Salário	Regra Majorada Fator de Majoração 1,51	Múltiplos Salariais	Parcela Adicional	Valor Total	Antecipação Recebida (set/2020)		Valor Total a Receber em mar/2021
					Regra Básica	Parcela Adicional	
2.223,60	4.891,92	2,20	5.059,08	9.951,00	2.718,47	2.529,53	4.703,00
3.293,13	7.244,89	2,20	5.059,08	12.303,97	3.296,02	2.529,53	6.478,42
3.500,00	7.700,00	2,20	5.059,08	12.759,08	3.407,73	2.529,53	6.821,82
4.000,00	8.800,00	2,20	5.059,08	13.859,08	3.677,73	2.529,53	7.651,82
4.500,00	9.935,09	2,20	5.059,08	14.994,17	3.947,73	2.529,53	8.516,91
4.559,88	10.016,47	2,20	5.059,08	15.075,55	3.980,06	2.529,53	8.565,96
5.000,00	10.614,59	2,12	5.059,08	15.673,67	4.217,73	2.529,53	8.926,41
6.000,00	11.973,59	2,00	5.059,08	17.032,67	4.757,73	2.529,53	9.745,41
8.000,00	14.691,59	1,84	5.059,08	19.750,67	5.837,73	2.529,53	11.383,41
9.000,00	16.050,59	1,78	5.059,08	21.109,67	6.377,73	2.529,53	12.202,41
10.000,00	17.409,59	1,74	5.059,08	22.468,67	6.917,73	2.529,53	13.021,41
12.000,00	20.127,59	1,68	5.059,08	25.186,67	7.997,73	2.529,53	14.659,41
13.000,00	20.490,30	1,58	5.059,08	25.549,38	8.141,83	2.529,53	14.878,02
15.000,00	20.490,30	1,37	5.059,08	25.549,38	8.141,83	2.529,53	14.878,02

Valores em Reais (R\$)

# PROGRAMAÇÃO DO MÊS DE MARÇO SERÁ VIRTUAL E TERÁ SORTEIO DE PRÊMIOS

Devido a pandemia que agride o Brasil e o mundo, estamos impedidas de aglomerar, motivo pelo qual, esse ano, a programação da Secretaria de Igualdade e Diversidade, tradicionalmente, realizada na sede do Sindicato dos Bancários, para avaliar, refletir e homenagear às bancárias, ocorrerá de forma virtual.

No período de 1º a 31 de março será publicado no site do Sindicato ([bancariosce.org.br](http://bancariosce.org.br)) um vídeo por semana, abordando cinco temas do nosso interesse. A participação é aberta tanto para bancárias como também para os bancários, desde que sejam sindicalizados.

Os temas apresentados abordarão os seguintes assuntos: Vacina para todos, defesa do SUS e saúde em tempos de pandemia; violência contra as mulheres e combate ao racismo; conscientização política e valorização das entidades de classes e os seus direitos na licença maternidade e paternidade.

Para participar é preciso assistir o vídeo de três minutos até o final e registrar nos comentários a sua opinião sobre o tema abordado, para concorrer a um Kindle (8G), um fone de ouvido sem fio, uma escova elétrica Polishop, relógio digital feminino e um celular Motorola (128G).

Os vídeos estarão disponíveis para receber comentários de todos os bancários e bancárias, desde que sejam sindicalizados(as), da ativa e aposentados(as), sendo que os quatro primeiros serão sorteados apenas entre as bancárias e o último prêmio será sorteado entre todos(as) que cumprirem às regras de participação (assistir ao vídeo e fazer o comentário sobre o tema abordado).



*“Devido à atual situação de pandemia, nosso tradicional encontro para refletir e avaliar nossas lutas vai acontecer de forma virtual esse ano. É o nosso esforço para nos reinventarmos porque a luta não pode parar e, mais do que nunca, precisamos estar juntas. Desejo sorte a todos e todas e vamos à luta!”*

**Francileuda Pinheiro, secretária de Igualdade e Diversidade do Sindicato**

## Avaliação negativa

A avaliação negativa sobre o desempenho de Bolsonaro como presidente da República cresceu 7 pontos percentuais em 15 dias. O percentual de brasileiros que consideram o trabalho de Bolsonaro ruim ou péssimo passou de 41% para 48%. Entre os que avaliam o trabalho de Bolsonaro como “regular” foi registrado queda, de 22% para 18%, e entre os que ainda avaliam como “ótimo/bom” o percentual ficou em 31%. Os dados são da pesquisa PoderData realizada de 15 a 17 de fevereiro de 2021.

A margem de erro é de 2 pontos percentuais.

## Nas alturas

Pela sexta vez neste ano, a Petrobras decidiu aumentar o preço do diesel, e pela quinta vez o da gasolina. De janeiro de 2021 até agora, o acumulado de reajustes foi de 34,4% para a gasolina e 27,7% para o diesel. O último aumento ocorreu há dez dias, em 8/2. Desta vez, a desculpa pelo novo reajuste é a nevasca no Texas (EUA), que paralisou a produção local afetando os preços no mercado internacional. Apesar das declarações de Bolsonaro isentando o governo federal de responsabilidade sobre os aumentos nos preços do gás, gasolina e diesel, a verdade é que a política de preços de paridade com o mercado internacional da Petrobras, é a maior responsável pelo valor que a população paga.

## Pfizer

A primeira dose da vacina contra a Covid-19 da Pfizer/BioNtech é 85% eficaz duas a quatro semanas após sua administração, segundo um estudo da revista científica The Lancet realizado com os profissionais de saúde do maior hospital de Israel. Recentes estudos israelenses estabeleceram em 95% a eficácia da vacina uma semana depois da segunda dose e este novo estudo do hospital Sheba, localizado perto de Tel-Aviv, a considera 85% eficaz entre duas e quatro semanas após a primeira dose. Vale lembrar que, apesar de diversas negociações, a vacina da Pfizer não faz parte do Plano de Imunização do governo brasileiro.